



MORADIA POPULAR

Programa "Minha Casa, Minha Vida" já entregou 2,3 milhões de casas

PÁG. 5

SETOR ELÉTRICO

Diretor do SENGE critica alto número de SPes

PÁG. 7

SINDICATO

Estudantes do ensino médio assistem a filme no projeto "Cine 17"

PÁG. 8

BRASIL



Nota de solidariedade às famílias de Minas Gerais

PÁG. 7



Agência Brasil - Tomaz

Para Guilherme Estrella, Lula deve ser considerado o "pai do pré-sal": "Foi por uma decisão dele que a Petrobrás voltou a ser competitiva"

Pré-sal: projeto expõe divergências de interesses

Projeto de Lei do senador José Serra (PSBD-SP) propõe retirar a Petrobrás como operadora única

PÁGINAS 3 E 4

QUEM SUSTENTA EDUARDO CUNHA?

Conforme já tínhamos anunciado em editorial anterior, já desde aquela ocasião Eduardo Cunha estava politicamente liquidado. É muito instrutivo discutirmos agora por que ele ainda se mantém no cargo.

Somente um sistema baseado na troca de favores, na distribuição de benesses e no jogo de interesses poderia explicar a manutenção do atual presidente da Câmara ainda no cargo. Além disso, esse sistema não nasceu da noite para o dia. Ele é fruto de um longo processo de transformação das formas de se fazer política desde a queda da ditadura até o presente e de sua completa instrumentalização.

As declarações de Eduardo Cunha aos meios de comunicação, tentando justificar suas contas e transações financeiras no exterior, e a manutenção de uma base de deputados pertencentes ao chamado “baixo clero” e que ainda se mantém fiel a ele expressam de forma cabal que os interesses que os unem estão acima da verdade factual e que a corrupção que perpassa todo esse sistema não tem a mínima importância para eles. O que importa é a manutenção desse sistema espúrio que tira proveito do dinheiro público. E Eduardo Cunha vai sair exatamente quando sua presença não mais for uma garantia da manutenção desse sistema espúrio.

Não foi acidente: é um modelo

BRASIL DE FATO*

Quando uma tragédia como a que ocorre na região de Mariana acontece, somos tomados de muitos sentimentos: compaixão, raiva, indignação, medo. As inúmeras campanhas de solidariedade às vítimas demonstram que somos afetados diretamente pela dor do outro, ainda que não o conheçamos pessoalmente. Faz parte da nossa condição humana essa sensação de impotência frente a um desespero tão real e uma das saídas que encontramos é nos prontificar a ajudar, seja recolhendo roupas e dinheiro para os atingidos, seja através de orações, seja atuando como os heróis anônimos, que rompem a barreira policial para tentar salvar pessoas e animais.

Essa reação é digna, louvável e merece ser incentivada. Mas é preciso também pensar e atuar mais a fundo. Este não foi um acidente natural. Está demonstrado que a causa do rompimento da barragem não foi um tremor de terra ou algo que não poderia ter sido planejado. É preciso investigar os motivos que levaram ao acontecimento e entender. Porque ele não é um fato isolado.

O Brasil, e especialmente Minas Gerais, é rico em minério. Ele foi duramente explorado desde os tempos de colônia, e segue como um dos motores da economia. Para garantir a extração desse material e, teoricamente, gerar riqueza e desenvolvimento, o poder público, em todas suas esferas, transfere para a iniciativa privada sua exploração, em troca do pagamento de alguns impostos e “compensações” sociais e ambientais.

Essa lógica se aprofundou com a privatização da então Vale do Rio Doce, em 1997, em um processo cheio de irregularidades e classificado como um crime de lesa-pátria, tamanha a dis-

crepância entre o valor da empresa e o que o Estado recebeu por ela. Antes mesmo de vender a empresa por pouco mais de R\$ 3 bilhões, o então presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou uma lei que isenta as mineradoras de pagar tributos pela circulação de mercadorias e serviços, uma operação que retira bilhões do orçamento público.

Diversos movimentos populares alertam há décadas sobre o risco para o país e sua população desse modelo predatório, que gera destruição ambiental, exploração do trabalho e mortes.

Não é à toa que se configura como resumo da tragédia a palavra de ordem “não foi acidente”.

O desastre faz parte de uma lógica, amparada na economia, nas leis, na estrutura do governo que se rende ao mercado, interessado somente em lucros. E não custa repetir: esses lucros são apropriados sempre por muitos poucos acionistas e empresários.

O Estado, por sua vez, nega seu papel de agente público ao se posicionar ao lado desse modelo. É no mínimo

O desastre faz parte de uma lógica, amparada na economia, nas leis, na estrutura do governo que se rende ao mercado, interessado somente em lucros

revoltante que o governador escolha a sede da empresa responsável pela destruição para uma coletiva de imprensa. Com esse gesto, o governo parece demonstrar seu lado.

Somos e seremos solidários. A dor, especialmente a dor dos trabalhadores, vítimas do sistema, é nossa dor. Mas a dor é também motor de revolta, de questionamento, de organização. Essa tragédia explicita que é cada vez mais necessária a denúncia desse modelo predatório e novas formas de lidar com a natureza e com a humanidade.

*O jornal BRASIL DE FATO é um site de notícias, um semanário nacional e também possui jornais em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Foi fundado em 25 de janeiro de 2003.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisor: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Pré-sal: o centro da disputa pela soberania nacional

Projeto de Lei de José Serra (PSDB-SP) tenta tirar a Petrobrás como operadora única e expõe divergências de interesses

A palavra pré-sal não significa apenas o petróleo extraído em uma camada diferente. Para os brasileiros, desde que foi descoberto, em 2007, ele se tornou uma grande fonte de energia, mas também um ponto de discussão sobre royalties, uso de combustíveis fósseis e energia limpa e as tentativas de desmoralizar a Petrobrás afirmando que ela não tem capacidade de administrar essa riqueza.

Em debate realizado no SENGE-RJ, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o geólogo Guilherme Estrella, o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP) Francisco de Oliveira e o vereador Reimont (PT-RJ) se reuniram com os diretores do SENGE-RJ e militantes de movimentos sociais para discutir a situação política e econômica em torno do pré-sal.

Um dos principais pontos em debate foi o Projeto de Lei 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que propõe retirar da lei a obrigatoriedade de que a Petrobrás seja a operadora única do pré-sal. Além disso, também foi criticada a tentativa de passar o projeto em regime de urgência, descartando qualquer possibilidade de discutir suas consequências para o Brasil.

Os interesses do senador com o projeto foram descobertos após a divulgação de documentos pelo Wikileaks. De acordo com um telegrama da embaixada dos Estados Unidos, José Serra teria se comprometido com a petrolífera Chevron, na época em que era pré-candidato à presidência, a mudar a Lei de Partilha, caso fosse eleito.

“Deixa esses caras (do PT) fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitação não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo



O senador Lindbergh Farias, o presidente do SENGE Olímpio dos Santos e o diretor da FUP, Francisco Oliveira

funcionava... E nós mudaremos de volta”, disse Serra a Patrícia Pradal, diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com o Governo da petroleira norte-americana. O documento mostra ainda que o governo dos Estados Unidos criticou o “caráter nacionalista” da Lei do pré-sal.

“Nós estamos, mais uma vez, em uma instabilidade que é própria da história deste país. Desde a abdicação de Dom Pedro, quantas crises resultantes da disputa de poder nós tivemos? No Brasil, o poder não está nas mãos de quem tem interesse no país. E por isso, até hoje, não conseguimos construir um país soberano, independente”, critica o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos.

Por isso, os dirigentes e políticos também expressam preocupação com o destino dos royalties do petróleo. Um exemplo citado é o da CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira). O imposto, que foi criado em 1997 e existiu até 2007, incidia sobre todas as

transações bancárias e tinha como objetivo cobrir os gastos com projetos de saúde. No entanto, denúncias apontam que o dinheiro teve outros fins.

“O Fernando Henrique (Cardoso, ex-presidente) que criou a CPMF não repassou um tostão para a saúde. Temos

uma preocupação muito grande se o repasse para a saúde e educação vai ser mantido. Sabemos que o dinheiro da saúde foi para construir o Maracanã. Sérgio Cabral pegou o dinheiro todo da saúde e da educação”, denuncia o secretário do Sindicato dos Médicos, Lauro Diniz.

A lei 12.858, sancionada no dia 09 de setembro de 2013, destina 75% dos recursos do pré-sal para a Educação e 25% para a Saúde. A previsão é que nos próximos 35 anos sejam repassados R\$ 1,3

trilhão só para a educação.

José Serra teria se comprometido com a petrolífera Chevron, na época em que era pré-candidato à presidência, a mudar a Lei de Partilha, caso fosse eleito.



Assista o vídeo do debate em nosso canal no youtube: www.sengerj.org.br

Lei de Concessão X Lei de Partilha

O “modelo antigo” a que José Serra se refere no telegrama divulgado pelo Wikileaks é a Lei 9.478/1997, que ficou conhecida como a “Lei da Concessão”. Ela pôs fim ao monopólio estatal na exploração e produção dos campos de petróleo, que existia desde a criação da empresa, em 1953. Com essa lei, a partir de 1997 a empresa vencedora da licitação que possa ser dona do petróleo a ser explorado no campo leiloado. A arrecadação do Estado se limita basicamente a impostos e taxas.

Diante da grandeza da descoberta do pré-sal, o governo criou uma nova lei para essas reservas específicas. Com a Lei de Partilha, o vencedor da licitação deve, obrigatoriamente, partilhar o petróleo encontrado com a União. A Petrobrás, então, será a operadora exclusiva dos campos e terá, no mínimo, 30% de participação nos consórcios de outras empresas.

O que são royalties?

São os valores referentes ao que é cobrado pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca ou autor de uma obra, ao permitir sua reprodução ou comercialização. Os royalties do pré-sal são cobrados das concessionárias que exploram o petróleo das camadas mais profundas e são pagos de acordo com a quantidade explorada. O valor é pago ao governo federal e repassado para os estados e municípios.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

Como é feito o cálculo do preço da gasolina?

Uma das principais críticas da população é em relação ao preço da gasolina. Afinal, se o Brasil possui tantas reservas, por que a gasolina é tão cara? O geólogo Guilherme Estrella esclarece que o valor que chega ao consumidor tem muitos impostos agregados.

Segundo a Petrobrás, em dados

divulgados em seu site oficial, o valor relativo ao trabalho da empresa representa apenas 32% do total. O valor que sai da refinaria está em torno de R\$ 1,28.

“Esse é o valor usado para desenvolvimento de pesquisa e tecnologia em toda a Petrobrás”, afirma o diretor da FUP Francisco de Oliveira.

Em 2015, Petrobrás recebeu pela terceira vez o prêmio OTC

Esse é o mais importante prêmio da indústria do petróleo em todo o mundo

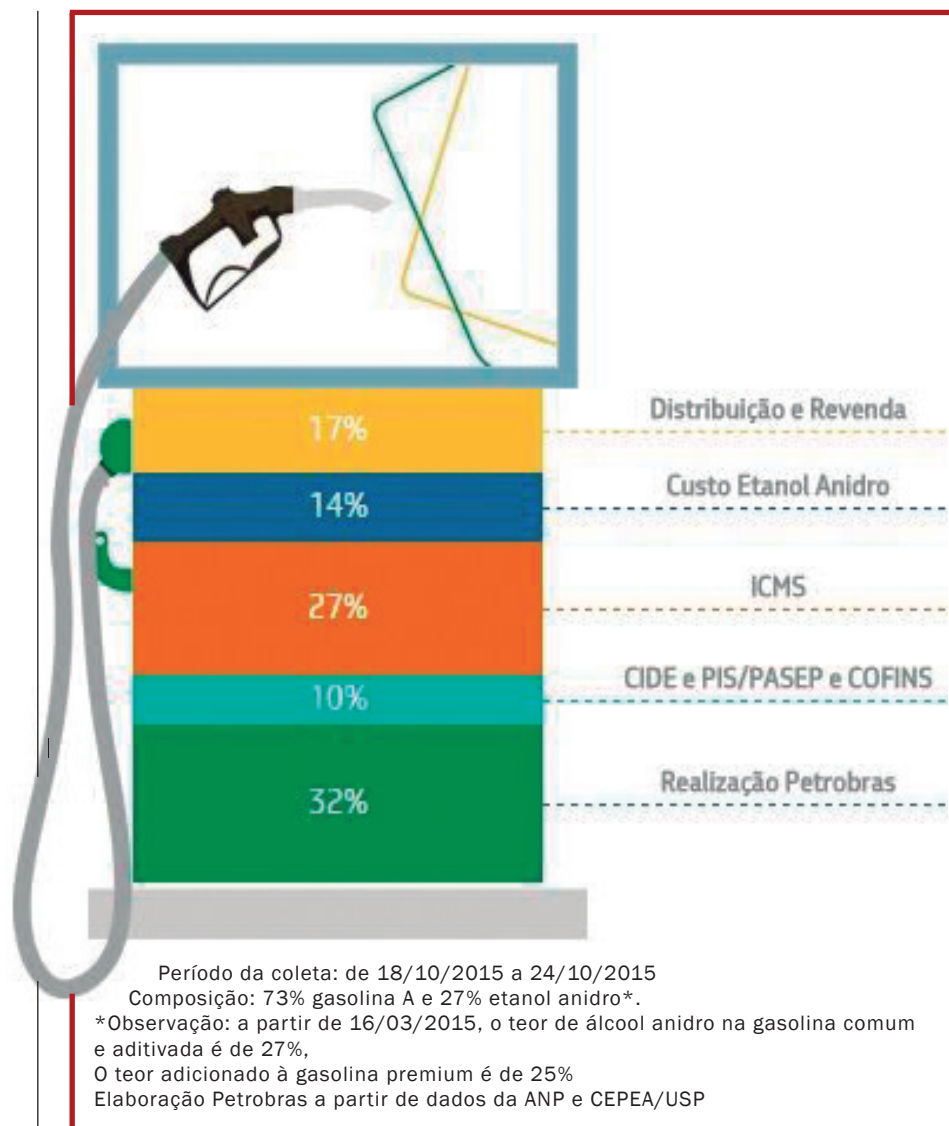
A capacidade técnica dos trabalhadores para explorar a camada pré-sal rendeu este ano, pela terceira vez, o prêmio OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions, maior reconhecimento no mundo por desenvolvimento de tecnologia.

Em 1992, a Petrobras recebeu o prêmio por conquistas técnicas notáveis relacionadas ao desenvolvimento de sistemas de produção em águas profundas relativas ao campo de Marlim, no litoral fluminense. Em 2001, o prêmio foi concedido por avanços nas tecnologias e na economicidade de projetos de águas profundas, no desenvolvimento do campo de Roncador.

Os resultados alcançados pela Petrobrás no primeiro se-

mestre de 2015 demonstram a força da empresa. Foi obtido lucro de R\$ 5,3 bilhões e a produção de barris aumentou 12,7%. A Petrobrás é, hoje, a maior produtora de petróleo no mundo entre as empresas de capital aberto e é a que mais cresce em quantidade de reservas. A Petrobrás hoje produz, em média, 2,5 milhões de barris de petróleo por dia. Desses, mais de 800 mil são produzidos na camada pré-sal.

De 2010 a 2014, a média anual de produção diária do pré-sal cresceu quase 12 vezes: foi de 42 mil em 2010 para 492 mil em 2014. Comparando com o próprio histórico da Petrobrás, foram necessários 31 anos para que a empresa alcançasse a marca de 500 mil barris diários, o que só aconteceu em 1984.



Guilherme Estrella: “O pai do pré-sal é o Lula”

O geólogo Guilherme Estrella, oito anos depois de aposentado, foi chamado de volta ao trabalho pelo próprio presidente Lula.

“O pré-sal é produto de décadas de investimento da Petrobrás. O que as empresas estrangeiras descobriram aqui? Nada. A Petrobrás descobre e as empresas apenas esperam a próxima rodada de leilão. Além disso, temos que investir para desenvolver a tecnologia aqui no Brasil. Essas empresas não vão investir aqui, vão investir lá fora”, afirmou o geólogo.

Considerado o “pai” do pré-sal, ele afirmou que quem merece este título é o presidente Lula.

“Em outros governos, a regra era a Petrobrás encolher. Se ele não tivesse revertido isso, a ex-

ploração teria sido encerrada em 2008. No entanto, ele determinou a recuperação da atividade exploratória. Foi uma decisão dele e a Petrobrás voltou a ser agressiva”, disse Estrella.

A Petrobrás extraiu petróleo na camada pré-sal pela primeira vez em setembro de 2008, no campo de Lula, na bacia de Santos. O local na época era chamado de campo de Tupi. De 2010 a 2014, a média anual de produção diária de pré-sal cresceu quase 12 vezes: foi 42 mil para 492 mil barris. Comparando com o próprio histórico da empresa, foram necessários 31 anos para que a empresa alcançasse a marca de 500 mil barris diários, o que só aconteceu em 1984.

Programa 'Minha Casa, Minha Vida' amplia número de moradias populares

Apesar dos avanços, o segmento 'Entidades' só representa 0,35% das unidades habitacionais entregues até 2014

Desde a sua criação, o programa 'Minha Casa, Minha Vida' já entregou 2,3 milhões de casas, de acordo com o balanço oficial do governo, e ainda resta 1,6 milhão de unidades por entregar. No entanto, a maior parte das obras têm sido realizadas por grandes construtoras privadas. Segundo informações do Ministério das Cidades, apenas 0,35% das unidades habitacionais entregues até 2014 correspondem ao segmento 'Entidades', que se diferencia do outro modelo por possibilitar que as moradias sejam construídas através de cooperativas habitacionais, associações e outras entidades privadas sem fins lucrativos.

Em 2015, apenas 6.638 unidades estão envolvidas no programa, mas o Ministério ainda não tem registro de nenhuma casa que tenha sido concluída ou entregue neste ano. Criado pelo governo federal em 2009, apenas 6.216 unidades habitacionais entregues correspondem a esse segmento, distoando das 1.759.973 demais unidades entregues no mesmo período. O programa é ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e contempla pessoas com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1,6 mil.

O 'Minha Casa, Minha Vida - Entidades' foi conquistado através da pressão dos movimentos populares, que reivindicavam maiores subsídios para a habitação popular. O engenheiro e conselheiro fiscal do SENGE-RJ Rubem

Corveto atribui a disparidade entre os diferentes modelos do PMCMV às dificuldades que as entidades enfrentam para se inserir no programa. "Na hora de operar, as regionais da Caixa fazem um verdadeiro lobby com as empresas, enquanto impõem muitas exigências e burocracias às entidades e analisam os processos com muito mais rigor." Para ele, a diferença do tratamento tem clara motivação política. "Não há um interesse real por parte delas de privilegiar as iniciativas de moradia popular."

Corveto avalia que o PMCMV foi moldado pelos interesses das grandes empresas da construção civil. "As grandes construtoras impuseram o modelo do MCMV da forma que melhor os beneficiava, pra que não corressem risco ou acumulassem responsabilidades, sendo só prestadoras de serviço que recebem e administram os lucros. O Conselho das Cidades não teve nenhuma influência sobre o processo, como deveria ser."

O relatório sobre demanda habitacional produzido pela Caixa Econômica em 2012 aponta para a conclusão do engenheiro. Em um contexto de reação à crise financeira internacional de 2008, o MCMV foi pensado para estimular o setor privado da construção civil. O documento aponta que o PMCMV foi criado para articular "ações do Governo Federal em parceria com os Estados, municípios e iniciativa privada."

Uma experiência bem sucedida em Jacarepaguá

Seis meses depois de inaugurarem o Condomínio Esperança, na Colônia Juliano Moreira, as setenta famílias responsáveis por construir suas próprias moradias terminarão o ano com muito o que comemorar. O projeto foi incluído na lista de 20 melhores empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida - Entidades em 2015. O programa subsidiou 95% das obras, e cada residência custou R\$ 42 mil, que poderão ser pagos pelos moradores em até dez anos. Segundo informações do Ministério das Cidades, o empreendimento foi selecionado em 20 de dezembro de 2010, para a construção de casas em terreno concedido pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através de Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso. A Entidade Organizadora foi a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, e o projeto se enquadrou em um modelo de mutirão. Para Jurema Silva Constância, coordenadora nacional da União de Luta por Moradia (ULM), entidade que coordenou a construção das moradias populares de Jacarepaguá, o prêmio dará maior visibilidade a essa modalidade

de do programa. "Após 16 anos de luta coletiva, esse reconhecimento nos deixa muito feliz. O prêmio vai incentivar e mostrar para mais pessoas que é possível fazer moradia popular, com mutirão, autogestão e propriedade coletiva".

Segundo o Ministério das Cidades, 3% da obra do Condomínio Esperança ainda está em processo de execução. Nesta fase final, os moradores trabalham menos tempo do que no início da construção. A entrega parcial das casas já ocorreu, mas ainda falta que a Entidade Organizadora apresente sete 'Habite-se'. As famílias se mudaram em maio, e desde então o maior desafio tem sido estabelecer as regras para a administração do condomínio. Segundo Jurema, o fato da discussão não ter ocorrido durante as obras, quando havia mais moradores mobilizados, dificultou a criação do regimento interno, da comissão de condomínio e de regras de convívio. Esses elementos são importantes para a consolidação do projeto de autogestão. "Não tivemos nenhum problema até agora, mas estamos nos organizando para mobilizar mais pessoas, para que não fique esse vácuo organizativo."

Moradia popular deve se contrapor a modelo privado

O sindicalista Rubem Corveto reconhece que nunca houve tanto investimento na área da habitação quanto nesse governo, e que o programa trouxe muitos avanços para a população brasileira. O documento da Caixa apresenta que o investimento dos programas PAC e 'Minha Casa, Minha Vida' no período

de 2009 a 2012 representou aproximadamente 68% do que foi investido nos 9 anos anteriores. Mesmo com os cortes orçamentários deste ano, que levaram o PMCMV a perder R\$ 4 bilhões em recursos, o programa continua tendo um importante papel.

Para ele, o principal desafio é forta-

lecer as iniciativas populares em contraposição ao modelo majoritário do PMCMV, de caráter privado. Os Sindicatos de Engenheiros possuem um papel importante nesse sentido. "A pauta da moradia tem a ver com o trabalho dos engenheiros, que são a nossa base. Projetos precisam de engenheiros, profis-

sionais que têm condição de contribuir com projetos adequados, de qualidade e responsáveis. Além disso, os movimentos populares carecem muito de apoio técnico, através de laudos e estudos, e também político, nos conselhos e órgãos representativos, para que possam vencer a burocracia e avançar nas lutas".

Pergunte ao Jurídico



■ **Com as novas regras, como fica o processo de aposentadoria para quem acabou de entrar no mercado e para quem já está perto de se aposentar? Essas novas regras também afetam outros cálculos da previdência social?**

Hoje continuamos a ter dois tipos de aposentadoria: a por tempo de contribuição, onde a mulher se aposenta com 30 anos de trabalho, independente da idade, e o homem com 35 anos, também com qualquer idade. O professor tem um decréscimo de 5 anos nesse tempo de contribuição. Uma ramificação da aposentadoria por tempo de contribuição é a aposentadoria especial, em que o segurado, dependendo do grau de exposição a agentes nocivos à saúde, se aposenta com 25, 20 ou 15 anos de tempo de contribuição.

Outra espécie de aposentadoria é por idade, onde a mulher se aposenta aos 60 anos, após pelo menos 15 anos de contribuição, e o homem aos 65 anos.

Quanto ao cálculo do valor do benefício, temos hoje duas regras vigentes. Mulheres com 30 anos ou mais de contribuição cujo somatório da idade com o tempo de trabalho for maior ou igual a 85 se aposentam sem a aplicação do fator previdenciário. Neste caso, aplica-se o fator 85. A mesma lógica se aplica aos homens cujo somatório entre a idade e o tempo de contribuição, de pelo menos 35 anos, totaliza 95.

No entanto, homens e mulheres cujo somatório não atinge 95 ou 85, respectivamente, só podem se aposentar com a incidência de fator previdenciário, mesmo que tenham o tempo de contribuição mínimo exigido.

Na aposentadoria especial, não há incidência de fator previdenciário. No caso da aposentadoria por idade, o fator previdenciário pode incidir, sendo diretamente proporcional a idade e ao tempo de contribuição.

Deste modo, as regras do fator 85/95 coexistem com o fator previdenciário. O trabalhador deve observar qual regra incidirá, mediante o resultado da soma da idade com o tempo de contribuição.

A regra do fator 85/95 vai aumentando 1 ponto de dois em dois anos, até chegar a 90/100.

A página da CUT Brasil no Facebook disponibiliza um aplicativo que pode ser utilizado para calcular o tempo que falta até a aposentadoria, segundo a fórmula 85/95. A conta não considera a progressividade, prevista na Medida Provisória do governo federal e que se iniciaria em 2017, porque a entidade discorda da medida. O aplicativo também está disponível na página do SENGE-RJ.



Mande a sua pergunta para:
comunicacao@sengerj2.org.br

Rejeitada emenda que põe negociado sobre legislado

"Se aprovada, a emenda iria, na prática, rasgar a CLT", afirmou Clovis Nascimento

Fonte: Fisenge

No dia 14/10, os deputados retiraram emenda que previa a soberania do negociado sobre o legislado. A regra determinava que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho iriam prevalecer sobre a lei, desde que não contrariassem ou inviabilizassem direitos previstos na Constituição federal, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil e as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho. A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), por meio de seus diretores e assessoria parlamentar, pressionaram na Câmara Federal, participaram de audiências públicas e fundaram o Fórum Nacional de Combate à Precarização e Defesa dos Direitos Sociais.

"Dialogamos com parlamentares e fortalecemos o movimento das entidades e centrais sindicais junto com a CUT para enfrentar um dos maiores retrocessos da legislação trabalhista. Se aprovada, a emenda iria, na prática, rasgar a CLT. Esta é uma vitória da classe trabalhadora", afirmou o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento. A assessoria parlamentar da Fisenge é

representada pelo advogado Maximiliano Garcez.

Os deputados Vicentinho (PT-SP) e Paulo Pereira da Silva (SD-SP) elogiaram a atuação das centrais sindicais para a retirada da mudança da MP. "Fizemos um entendimento de que não é hora de discutirmos esse assunto", afirmou Paulo Pereira da Silva. Segundo o líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), o acordo foi construído pela capacidade de diálogo do governo.

Outra vitória importante foi a aprovação da emenda aditiva à Medida Provisória nº680/2015, que estabelece o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A proposta tem a finalidade de garantir a participação dos sindicatos de categorias diferenciadas nas negociações e assembleias nos acordos relacionados ao PPE. "No texto antigo, havia um vácuo legislativo e nós compreendemos que é fundamental garantir a nossa participação, de modo legítimo e democrático, nas discussões para garantir a defesa dos engenheiros", disse Clovis. A emenda foi proposta pela Fisenge e protocolada pelo deputado Valtenir Pereira (PROS-MT).

Senado abre consulta sobre carreira da engenharia

Aprovação do PLC 13/2013 pode reforçar quadros e promover reconhecimento profissional

Fonte: Fisenge

O Senado abriu consulta pública para mensurar o apoio da sociedade ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que define engenharia, agronomia e arquitetura como carreiras de Estado. A

aprovação e sanção do projeto, que tramita no Senado, é fundamental para reforçar os quadros técnicos do setor público e promover o reconhecimento necessário de profissionais que participam diretamente na elaboração de políticas públicas e em obras que contribuem para o desenvolvimento das nossas cidades, estados e do País.

O que muda com a engenharia como carreira típica do Estado:

- Valorização do engenheiro e da

engenharia nacional;

- Fortalecimento da luta pelo Salário Mínimo Profissional;
- Fortalecimento da Engenharia Pública;
- Conquista de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que valorize os engenheiros e as engenheiras;
- Estabilidade em caso de redução de quadros;
- Fortalecimento dos estudos, projetos técnicos e do planejamento de prefeituras municipais, de governos

Estaduais e da União;

- Valorização do engenheiro servidor público;
- Melhoria dos investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento do país;
- Segurança para a sociedade com profissional habilitado e valorizado;
- Ampliação das políticas públicas, com atendimento mais adequado;
- Fortalecimento de um novo ciclo de desenvolvimento, com crescimento e inclusão social.

SPEs dominam projetos no setor elétrico

São 154 empresas dentro do setor elétrico. Diretor do SENGE-RJ Agamenon Oliveira critica modelo por investir dinheiro público no setor privado

“Privatização de dentro para fora”. É assim que o diretor do Senge-RJ Agamenon Oliveira define as Sociedades de Propósito Específico, as SPEs. A Eletrobrás participa de 154 SPEs, 110 no segmento de geração e 44 no segmento de transmissão, que têm como objetivo desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos. No setor elétrico, elas costumam entrar em projetos de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão.

Dentre as empresas do setor elétrico, Chesf e Furnas são as que possuem o maior número de SPEs. Chesf possui 52, 44 em geração e 8 em transmissão; e Furnas 77, 56 em geração e 21 em transmissão.

“As SPEs são um grande problema. É dinheiro público sendo investido em empresas privadas. É a

empresa pública sendo destruída internamente”, criticou Agamenon. “A Eletrobrás nega a si própria como empresa pública e passa a ser um instrumento do capital privado em um momento de crise financeira depois da MP 579”.

A Medida Provisória 579 – sancionada no dia 11 de setembro de 2013 e posteriormente transformada na Lei 12.783 – tinha como meta reduzir a tarifa de energia através da renovação das concessões no setor elétrico. No entanto, a medida gerou prejuízo para as empresas. De acordo com a assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), não fossem os efeitos da Lei, o grupo Eletrobrás teria um lucro de R\$ 6,4 bilhões.

“Nós defendemos uma outra

EMPRESAS ELETROBRAS

Segmento de Negócio	SPEs*
Geração	110
Transmissão	44
Total	154

*A quantidade de SPEs foi ajustada, já que há Sociedades de Propósito Específico em que participam mais de uma Empresa Eletrobras.

Fonte: Assessoria do Dieese

Eletrobrás, pública voltada para um setor elétrico que não seja dividido em áreas de negócios, muito menos para dar lucro pra acionistas, mas para baratear o custo da ener-

gia olhando para o desenvolvimento do país. É um erro grosseiro de um liberalismo ultrapassado achar que aumentar os negócios privados traz a felicidade geral de todos. Traz maior concentração de renda e mais lucro para o setor privado”, afirma Agamenon.

Segundo o SEBRAE, Sociedade de Propósito Específico é um modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico. Em dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 128 alterou o artigo 56 da Lei Geral das MPEs (LC no 123/06), introduzindo a figura da Sociedade de Propósito Específico, constituída exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

BRASIL



Fotos: Agência Brasil

Minas Gerais: nota de solidariedade às famílias

Fonte: Fisenge

No dia 5 de novembro, o rompimento de duas barragens no município de Mariana (MG) causou comoção em todo o país. A Federação Interestadual

de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) se solidariza com os trabalhadores e as trabalhadoras da mineração e com todas as famílias vítimas do rompimento das barragens de rejeito mineral, que pertencem à empresa

Samarco Mineração S.A, controlada pelos grupos Vale e BHP Billiton.

O quadro de destruição provocado pela lama derrubou casas e soterrou pessoas.

De acordo com relatos, não havia qualquer mecanismo de alerta ou um plano de prevenção de tragédias. A mineração é fundamental para o país e para a soberania nacional, mas repudiamos sua exploração predatória pelo capital. Reivindicamos responsabilização da empresa pela tragédia e nos solidarizamos com todas as vítimas.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Exibição de filme promove debate acalorado

Privatizações – A distopia do capital, de Silvio Tendler, promovido pelo Senge-RJ

Integrando o Ciclo de Debates “O Brasil que você não vê na TV”, o Senge-RJ e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) promoveram, dia 22 de outubro, no Museu da República, a exibição do filme “Privatizações – A Distopia do Capital”. O Museu já se preparava para fechar as portas e o debate aberto ao público continuava acalorado. Participaram do encontro o diretor Silvio Tendler; o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto-Gonçalves, autor de *A globalização da natureza e a natureza*

da globalização, entre outros trabalhos na área de geografia social; a economista Ceci Juruá, Doutora em Políticas Públicas pela UERJ, diretora do Fórum 21 e do IBEP- Instituto Brasileiro de Estudos Políticos; e o presidente do Senge-RJ, Olimpio Alves dos Santos.

CIRCUITO INTERNACIONAL

Produção de outubro de 2014, com 56 minutos, o documentário teve mais de 200 mil visualizações nos três primeiros meses do ano em que foi lançado. Em 2015, já legendado em inglês, francês e espanhol, foi selecionado

para festivais na França e Alemanha e a previsão é de larga distribuição para os países da América Latina.

Participam desta verdadeira aula sobre a história recente do Brasil, Pablo Gentili, Marcio Pochmann, Guilherme Estrella, Paulo Vivacqua, Carlos Lessa, Ermínia Maricato, João Pedro Stédile, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Inês Dolci, Carlos Vainer, Eloá dos Santos Cruz, Eduardo Fagnani, Ladislau Dowbor, Marcos Dantas e Samuel Pinheiro Guimarães.

Realização do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

(Senge-RJ) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), com o apoio da CUT Nacional, o filme traz a assinatura da produtora Caliban e a força da filmografia de um dos mais respeitados nomes do cinema brasileiro. A perspectiva, tanto da produtora quanto dos realizadores é promover o debate no Brasil e em outros países como forma de avançar “na construção da consciência política e denunciar as verdades que se escondem por trás dos discursos hegemônicos”, defende Silvio Tendler.

Senge-RJ exhibe filmes para turmas de ensino médio

A exibição do filme 'Segunda-Feira ao Sol' foi a segunda do Cine 17

O Senge-RJ realizou, no dia 26 de outubro, a exibição do filme 'Segunda-Feira ao Sol', para alunos do ensino médio da Escola Estadual Jornalista Rodolfo Fernandes. O evento aconteceu no auditório do Sindicato e, ao final, o professor Epitácio Brunet orientou um debate com os adolescentes.

Esta é a segunda exibição do Cine 17, projeto que tem como objetivo levantar discussões sobre temas socialmente relevantes com estudantes da rede pública de ensino através de filmes. 'Segunda-Feira ao Sol', dirigido por Fernando León de Aranoa, retrata a realidade política e econômica da Espanha em contexto de crise. Com o fechamento de diversos estaleiros

em uma cidade costeira do norte do país, os trabalhadores desempregados tentam resistir à crise que os acomete.

Para João Paulo Alves, professor de Educação Física, o tema é bastante atual e dialoga com a realidade do país. É a segunda vez que ele traz estudantes para a atividade. Para o professor, o impacto positivo da experiência é evidente. “Quando eles voltam para a escola, vemos um amadurecimento grande, além de melhora no conteúdo e no comportamento.” Patrícia Loyola, professora de História, concorda com a avaliação do colega, e ressalta: “Esse tipo de atividade é uma oportunidade que o estudante tem de romper com o gueto e conhecer outras realidades, lugares e até arquiteturas.”

O próximo Cine 17 está marcado para o dia 2 de dezembro, e contará com a exibição do filme 'Topografia de um desnudo'. Em seguida, haverá um debate com o vereador Reimont (PT-RJ).

2ª COPA SENGE segue para etapa final



Galo de Ouro e MFC se enfrentarão na final do campeonato

A final disputada entre Galo de Ouro e MFC será realizada no dia 28 de novembro, às 12h, no CABANA DA SERRA, que fica na Avenida Menezes Cortes, 4800 (Estrada Grajaú Jacarepaguá). Na ocasião será realizado um amistoso entre associados e veteranos do SENGE. Ao final, ocorrerá uma

confraternização entre os participantes.

As quartas de final e a semifinal do 2ª COPA SENGE foram disputadas no dia 7 de novembro. Na semifinal MFC ganhou o Portuga por 2 a 1. Galo de Ouro venceu o Fenix com o mesmo placar. O clima foi de descontração e muita disposição.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br